



**ADVERTÊNCIA**

O Município de Pedreira/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo **não** se trata de "Sistema de Registro de Preços", onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

Os valores médios a serem considerados são os constantes no Termo de Referência e no Edital.

Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico foram adotados os códigos do "Catálogo Compras Gov.br" mais semelhantes aos descritos no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição e a unidade de fornecimento do objeto existente neste Edital (Anexo I) e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

**Conforme disposto no subitem 7.7. do edital, sobre indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 4.193/2025, inciso I do artigo 1º: "No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas, a ser constatada por meio de diligência: I – oferta de proposta com valores iguais ou inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração". Diante disso, informamos que, caso venha a ocorrer de um ou mais lotes apresentarem valor abaixo desse percentual, a comprovação se dará mediante apresentação de planilha de composição de custos, e conforme consta no Decreto em epígrafe.**

Bruno Henrique de Almeida  
**CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA (LOTE 1) E PARTICIPAÇÃO RESTRITA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS (LOTES 02, 03 e 04)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 16/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO: 25/2026**

**CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP - UASG: 986843**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, TENDAS, GRADIS E PAINEL DE LED PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “COPA NA PRAÇA”, EM ATENDIMENTO AO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA (COM ALTERAÇÃO DO LOCAL EM RAZÃO DA ESTAÇÃO DO ANO). ODS - 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO, 10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.**

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 198.175,73**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/06/2026 ÀS 9H**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2026**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP**, por meio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, sediado na Praça Epitácio Pessoa, nº 03 – Centro – Pedreira – Estado de São Paulo - CEP 13.920-013, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a(s) **contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a prestação de serviços de locação, instalação, operação, montagem, desmontagem e manutenção de Estruturas de Sonorização e Iluminação, Tendas, Gradis e Paineis de Led para a realização do evento “COPA NA PRAÇA”, em atendimento ao plano municipal de cultura (com alteração do local em razão da estação do ano). ODS - 8 – trabalho decente e crescimento econômico, 10 – redução das desigualdades e 11 – cidades e comunidades sustentáveis.**

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. **Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico foi adotado o código do “Catálogo Compras Gov.br” mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição e a unidade de fornecimento do objeto existente neste Edital (Anexo I) e a utilizada pelo Sistema Compras.gov.br, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



**2.5.** Para os **lotes 02, 03 e 04** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sem prejuízo de sua participação no lote **01** (participação ampla).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,



nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

#### **3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **a proposta com o(s) preço(s) global(is) de cada lote**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.6.1. Nos lotes exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;**

**4.6.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.**

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de



arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. A aplicação dos intervalos mínimos de diferença de valores entre os lances, que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor(es) global(is) do(s) lote(s);**

5.1.2. **Observação: Visto se tratar de serviços, caso o sistema solicite Marca e/ou Fabricante, incluir a informação: “própria”, ou outra informação, desde que não identifique a licitante.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Considerando que o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas





necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada lote.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance no valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme tabela demonstrativa abaixo:

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | REDUÇÕES MÍNIMAS |
|------|--|------------------|
| 01   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE <b>SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$ 100,00       |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | REDUÇÕES MÍNIMAS |
|------|--|------------------|
| 02   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <b>TENDAS</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$ 35,00        |



| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | REDUÇÕES MÍNIMAS |
|------|--|------------------|
| 03   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <b>GRADIL</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$ 5,00         |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS  | REDUÇÕES MÍNIMAS |
|------|---|------------------|
| 04   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <b>PAINEL DE LED</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$ 50,00        |

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Considerando que foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação aos lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ou seja, **lote 01**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.3. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.21.6. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.6.2. Empresas brasileiras;

6.21.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.



6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado para que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (nos moldes do Anexo II do edital), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.4.1. Na hipótese de valor(es) final(is) após a fase de lances restar(em) inferior(res) a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, o(a) pregoeiro(a) realizará os procedimentos necessários referentes a indícios de inexecutabilidade de preços, os quais encontram-se expostos no **Decreto Municipal nº 4.193, de 25 de março de 2025**, disponibilizado para ciência no site deste município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/> ou diretamente através do link: [https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a\\_81\\_0\\_1\\_27032025135033.pdf](https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_27032025135033.pdf).

6.23.5. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar os prazos estabelecidos, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. No caso de não apresentação do solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a(s) proposta(s) será(ão) desclassificada(s).

6.25. Após a negociação do preço com o licitante provisoriamente vencedor e se for o caso, após análise das comprovações necessárias e proposta(s), em tese, inexequível(is), e decidido sobre ela(s), o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da(s) proposta(s).

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação e/ou de análise de exequibilidade, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Sistema integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

7.1.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).



7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 3.816 de 17 de agosto de 2023.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7.1 As informações e procedimentos necessários referentes a indícios de inexequibilidade de preços, encontram-se expostos no **Decreto Municipal nº 4.193, de 25 de março de 2025**, disponibilizado para ciência no site deste município: [https://www.pedreira.sp.gov.br/](https://www.pedreira.sp.gov.br) ou diretamente através do link: [https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a\\_81\\_0\\_1\\_27032025135033.pdf](https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_81_0_1_27032025135033.pdf)





7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos em questão encontram-se descritos mais precisamente no **item 9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO - Exigências de habilitação**, do Termo de Referência e conforme abaixo transcritos:

### 8.1.2.1. Habilitação Jurídica

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.





**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.1.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.1.2.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**8.1.2.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.1.2.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.1.2.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.1.2.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.1.2.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

#### **8.1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira**

**8.1.2.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II.

8.2. No caso de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. No que tange a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples.**

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).**

**8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).**

8.12. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no **mínimo 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

8.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e §4º do art. 40 do Decreto Municipal nº 3.816, de 2023):

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.



10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br), no link licitações, junto ao pregão correspondente.

## 11.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;



11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor médio estimado pela Administração.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor médio estimado pela Administração.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal nº 3.816/2023 de 17 de agosto de 2023.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o





adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.15. Ademais, deverão ser observadas também as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V deste Edital.**

11.16. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacaopedreira.doc@gmail.com](mailto:licitacaopedreira.doc@gmail.com).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).





13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br).

**13.11. Os Decretos Municipais citados neste edital encontram-se disponíveis no site [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br), no link “Decretos Licitação”.**

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência;

**Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar;

**ANEXO II** – Modelo de Planilha de Proposta de Preço;

**ANEXO III** – Minuta de Termo de Contrato;

**ANEXO IV** – Termo de Ciência e Notificação;

**ANEXO V** – Decreto nº 4.240 de 24 junho de 2025.

Pedreira/SP, 19 de maio de 2026.

Bruno Henrique de Almeida  
**CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES**  
**SUBSCRITOR DO EDITAL**



## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Consiste em contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a prestação de serviços de locação, instalação, operação, montagem, desmontagem e manutenção de estruturas de sonorização e iluminação, tendas, gradis e painel de LED para a realização do evento “Copa na Praça”, em atendimento ao Plano Municipal de Cultura (com alteração do local em razão da estação do ano), bem como às ODS abaixo e suas respectivas justificativas:

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: com a contratação de serviços especializados, promovendo a geração de trabalho e renda para profissionais e empresas do setor de eventos, bem como pelo estímulo aos empreendedores gastronômicos locais, por meio da oferta de praça de alimentação diversificada durante o evento, fortalecendo a economia criativa e o desenvolvimento econômico local, além de impulsionar o comércio gastronômico no entorno da praça central;

ODS 10 – Redução das Desigualdades: O evento, de caráter gratuito e em espaço público, amplia o acesso da população ao lazer, cultura e convivência social, reduzindo barreiras socioeconômicas;

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: A iniciativa promove a ocupação qualificada do espaço público, incentivando a convivência comunitária, o acesso à cultura e o fortalecimento da vida urbana de forma inclusiva.

Ressalta-se que, a quantidade de lotes, itens e os equipamentos necessários para composição dos objetos, para que o evento ocorra conforme esperado e atinja as expectativas do Município, já foram informados minuciosamente no tópico 03 do Estudo Técnico Preliminar.

A contratação se fará pela modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mediante contrato por escopo para os lotes constantes na tabela abaixo, e conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar:

| LOTES | DESCRIÇÕES RESUMIDAS DOS LOTES   | CÓDIGOS DO SISTEMA GOV.BR |
|-------|--|---------------------------|
| 01    | Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação, instalação, operação, manutenção, montagem e desmontagem <u>de sistemas de sonorização e iluminação.</u> | 13757                     |
| 02    | Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de <u>tendas.</u>   | 21164                     |
| 03    | Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação,  | 2224                      |



|    |  |       |
|----|--|-------|
|    | execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de <u>gradil</u> .  |       |
| 04 | Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de <u>painel de led</u> . | 17639 |

Os descritivos dos lotes bem como seus quantitativos foram definidos e estimados com base na demonstração constante no Estudo Técnico Preliminar, constante nos autos do processo.

Trata-se de prestação de serviços de objetos de **natureza comum**.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação e descrição da necessidade da contratação encontra-se descrita no item 1(um) do Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse termo de referência.

Vale ressaltar também que o evento “Copa na Praça”, a que se refere este Termo de Referência, faz parte do Plano Municipal de Cultura de Pedreira – PMC, instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura, com previsão de ações de curto, médio e longo prazos, como elemento integrante do Sistema Municipal de Cultura – SMC, sendo que o mesmo foi aprovado e entrou em vigor pela Lei Municipal nº 4.317, de 27 de julho de 2023.

Assim, o evento “Copa na Praça” está inserido no calendário oficial de eventos do município, conforme a Lei Municipal nº 4.317, de 27 de julho de 2023, sendo realizado periodicamente na cidade, com o objetivo de fomentar o fluxo turístico, incentivar a convivência social e fortalecer o sentimento de comunidade, além de proporcionar à população em geral acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento.

Após ressaltar as Leis Municipais, é necessário informar que a Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012, em seu § 4º, estabelece que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.”

A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, e suas respectivas alterações, bem como demais legislações pertinentes.

Nesse sentido, o objetivo da futura prestação de serviços é proporcionar à população em geral acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento, propiciando um ambiente favorável à participação popular e ao fortalecimento das atividades culturais no município.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse Termo de Referência, principalmente nos tópicos 3, 4, 5 e 6 do referido estudo.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



A contratada deverá observar integralmente as exigências técnicas, operacionais e de segurança previstas no Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto a ART/RRT, NR10, aterramento, responsável técnico, EPIs, normas do Corpo de Bombeiros e substituição imediata de equipamentos defeituosos.

Os requisitos detalhados da contratação encontram-se pormenorizados no tópico 3. do Estudo Técnico Preliminar, apêndice desse termo de referência.

## 5. VISTORIA

Após contratação, o responsável pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa entrará em contato, afim de passar todas informações necessárias, como local exato, pontos de energia, etc..., podendo ser realizada pela contratada, visita técnica.

## 6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

O regime de execução é o de “**menor preço por lote**”.

O quantitativo máximo previsto para execução corresponde a até 08 (oito) diárias, vinculadas aos jogos da Seleção Brasileira, sendo a execução condicionada ao avanço da equipe na competição, conforme detalhamento constante no Estudo Técnico Preliminar.

Itens referentes a execução contratual encontram-se pormenorizados nos tópicos 3, 10, 11 e 12 do Estudo Técnico Preliminar apêndice desse Termo de Referência.

## 7. GESTÃO DO CONTRATO

A(s) contratação(ões) com a(s) pessoa(s) jurídica(s) vencedora(s) far-se-á por Contrato, considerando a proposta apresentada e disposições legais, vinculando a pessoa jurídica vencedora aos termos do Edital e demais anexos, à proposta apresentada e as disposições da Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações.

Rotinas de Fiscalização e Gestão Contratual: Será em conformidade com o Decreto nº 3.790 de 21 de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.

Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julho-de-2023>

## 8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

Os serviços executados serão objeto de medição única, de acordo com os seguintes procedimentos:



## PARÁGRAFO PRIMEIRO

Após a execução dos serviços constantes neste Termo de Referência, a CONTRATADA entregará os relatórios com os serviços e análises realizados e os respectivos valores apurados.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- a) Considerando a natureza do evento e a execução condicionada ao avanço da Seleção Brasileira na competição, o quantitativo máximo estimado corresponde a até 08 (oito) diárias de execução. O pagamento será realizado exclusivamente pelas diárias efetivamente executadas, sendo o valor unitário por diária obtido pela divisão proporcional do valor global contratado pelo quantitativo máximo estimado.
- b) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto em função do Relatório de Avaliação da Execução dos Serviços, se for o caso;
- c) A realização dos descontos indicados na alínea “b” não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

## PARÁGRAFO QUARTO

Após a conferência do(s) lote(s) que compõem o objeto juntamente com os serviços e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará as medições acima descritas, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

## Da liquidação e pagamento

Os pagamentos do objeto deste Termo de Referência serão efetuados diretamente pelo CONTRATANTE, através da sua Tesouraria.

Os objetos deste termo de referência serão pagos em **até 30 (trinta) dias consecutivos após a liquidação da Nota Fiscal** pela Secretaria solicitante, sendo que juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada, deverá ser apresentado “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, onde a Nota Fiscal e o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, deverão vir com aceite dos Fiscais/Gestores do contrato.



O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada, para realizar o pagamento, a comprovação da regularidade fiscal.

**A prestação de serviço dos objetos do presente termo de referência ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1.988.

Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante, Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

#### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:** O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de é a **Licitação** na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, do **TIPO menor preço por lote**, mediante **contrato por escopo**, modo de disputa **aberto**.

#### **Exigências de habilitação:**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.



**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

#### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

| LOTES | DESCRIÇÕES RESUMIDAS DOS LOTES   | VALORES MÉDIOS ORÇADOS |
|-------|--|------------------------|
| 01    | Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação, instalação, operação, manutenção, montagem e desmontagem <u>de sistemas de sonorização e iluminação.</u> | R\$ 102.754,61         |
| 02    | Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de <u>tendas.</u>   | R\$ 37.850,40          |
| 03    | Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de <u>gradil.</u>                             | R\$ 7.200,00           |
| 04    | Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de <u>painel de led.</u>                      | R\$ 50.370,72          |

A pesquisa de preços se mostra compatível e dentro dos padrões de valores encontrados no mercado, conforme pesquisas de preços anexas aos autos do processo.



Valores obtidos através da média das pesquisas de preços anexas aos autos do processo, resultando no valor total médio de R\$ 198.175,73 (cento e noventa e oito mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e três centavos).

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será custeada com recursos: **Tesouro através da ficha orçamentária nº 986.**

#### 12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Carina Galvão Freitas  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**



**13. ANEXOS**  
**(Imagens meramente ilustrativas)**

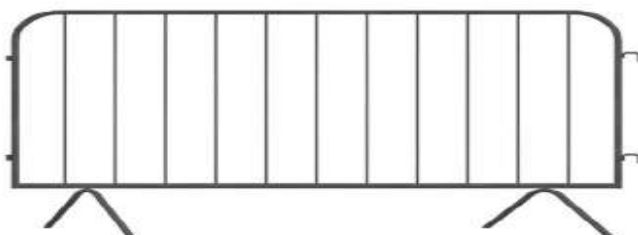
**LOTE 01: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO:**

**Observação:** Não foi possível anexar fotos referente ao lote 04 – Sonorização, devido ao número expressivo de equipamentos que compõe o lote, porém as informações, detalhamentos e formas de instalação constam neste Estudo Técnico Preliminar, mais precisamente no tópico 03 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

**LOTE 02: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS:**



**LOTE 03: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRADIL:**





**LOTE 04: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PAINEL DE LED:**





**Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

O objetivo é apresentar detalhadamente a real necessidade e identificar a melhor opção disponível no mercado para supri-la com eficiência, assegurando sua viabilidade técnica e econômica, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a administração Pública.

Os **Estudos Técnicos Preliminares** são necessários para análise de viabilidade da contratação, elencando elementos essenciais para compor o **Termo de Referência**, da forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

**Fundamentação legal:** Art. 18, parágrafo 1º da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

**1.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Consiste na(s) contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para a prestação de serviços de locação, instalação, operação, montagem, desmontagem e manutenção de estruturas de sonorização e iluminação, tendas, gradis e painel de LED para a realização do evento "Copa na Praça", em atendimento ao Plano Municipal de Cultura (com alteração do local em razão da estação do ano), bem como às ODS abaixo e suas respectivas justificativas:

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: com a contratação de serviços especializados, promovendo a geração de trabalho e renda para profissionais e empresas do setor de eventos, bem como pelo estímulo aos empreendedores gastronômicos locais, por meio da oferta de praça de alimentação diversificada durante o evento, fortalecendo a economia criativa e o desenvolvimento econômico local, além de impulsionar o comércio gastronômico no entorno da praça central;

ODS 10 – Redução das Desigualdades: O evento, de caráter gratuito e em espaço público, amplia o acesso da população ao lazer, cultura e convivência social, reduzindo barreiras socioeconômicas;

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: A iniciativa promove a ocupação qualificada do espaço público, incentivando a convivência comunitária, o acesso à cultura e o fortalecimento da vida urbana de forma inclusiva.

**1.2. DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**



A necessidade dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar justifica-se em virtude da realização de um evento esportivo e cultural de grande relevância, denominado "Copa na Praça", que integra o calendário de ações públicas voltadas ao incentivo à cultura, esporte, lazer e convivência social no Município de Pedreira.

O evento tem como objetivo promover a transmissão pública de jogos de futebol de grande apelo popular, especialmente competições de destaque nacional e internacional, reunindo a comunidade em um ambiente aberto, acessível e estruturado. Trata-se de uma iniciativa que fortalece o sentimento coletivo, estimula a integração social e valoriza manifestações tradicionais e culturais ligadas ao esporte, considerado elemento importante da identidade nacional.

A realização da "Copa na Praça" contribui significativamente para o fortalecimento das práticas culturais e esportivas, além de fomentar o turismo local e movimentar a economia criativa do município, gerando oportunidades para comerciantes, prestadores de serviço e artistas locais. Ademais, promove o acesso democrático ao lazer e ao entretenimento, em consonância com o disposto na Constituição Federal Brasileira, em especial o Art. 215, que assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais.

O evento também visa proporcionar à população um espaço seguro e adequado para convivência familiar, incentivando valores como união, respeito e cidadania, amplamente associados ao esporte. A iniciativa contempla ainda ações complementares de caráter cultural e recreativo, ampliando seu alcance e impacto social.

Diante do exposto, verifica-se que os serviços descritos caracterizam-se como contratações por escopo, uma vez que possuem período determinado para execução, estando diretamente vinculados à realização do evento "Copa na Praça".

**Fundamentação legal:** Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, conforme as necessidades identificadas nas áreas prioritárias da administração pública. O valor destinado para essa despesa foi incluído no planejamento financeiro, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis durante sua execução.

**Fundamentação legal:** Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso I do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista que esta Municipalidade já realizou inúmeros eventos similares ao pretendido e no mesmo local de execução, as estruturas bem como os requisitos da contratação já possuem padronização, mesmo assim, foram realizadas análises a processos licitatórios de eventos análogos aos pretendidos, e foram feitas análises pelo corpo técnico da Secretaria solicitante do objeto quanto às peculiaridades do evento, estruturas necessárias e requisitos para a contratação futura dos objetos deste Estudo Técnico Preliminar, onde ficou definido que as estruturas necessárias bem como os requisitos para a contratação deverão ser conforme será descrito a seguir, para que a programação/evento venha a atingir a expectativa do Município:



**3.1. DATAS DE REALIZAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) E EXECUÇÃO DO(S) LOTE(S) CONTRATADOS E OBRIGAÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) lote(s) deverá(ão) estar apta(s) a executar os serviços nas datas previstas para os jogos da Seleção Brasileira, as quais estão condicionadas ao calendário oficial da competição, podendo sofrer variações conforme o avanço da equipe nas fases do torneio.

Trata-se de contratação com quantitativo estimado e execução sob demanda, conforme necessidade da Administração, devidamente prevista no ETP e vinculada a evento de natureza incerta (avanço em competição)."

**As datas inicialmente previstas para a fase de grupos são: 13 de junho, 19 de junho e 24 de junho.**

**Para as fases eliminatórias, as execuções ocorrerão conforme a classificação da Seleção Brasileira, nas seguintes janelas:**

Fase de 32: **entre 29 de junho e 2 de julho;**

Oitavas de final: **entre 3 e 6 de julho;**

Quartas de final: **entre 9 e 11 de julho;**

Semifinal: **dias 14 ou 15 de julho;**

Final: **dia 19 de julho.**

**A(s) contratada(s) deverá(ão) executar os serviços nas datas em que houver jogos da Seleção Brasileira, conforme solicitação da Administração.**

O quantitativo máximo previsto é de até 08 (oito) diárias, não havendo obrigatoriedade de execução da totalidade contratada. O contrato será celebrado considerando o quantitativo máximo estimado de até 08 (oito) diárias, ficando a execução das etapas subsequentes, ou seja, após a fase de grupos, condicionada à classificação da Seleção Brasileira na competição, sem que isso gere obrigação de execução integral ou direito à indenização pela contratada.

O valor global contratado corresponde ao limite máximo para a eventual execução integral do objeto.

O pagamento será realizado exclusivamente pelas diárias efetivamente executadas, com base no valor unitário apurado.

O valor unitário apurado por diária das prestações de serviços será obtido através da divisão do valor total contratado pelo quantitativo máximo previsto.

**Caso a Seleção Brasileira não avance para as fases subsequentes, a Administração não estará obrigada à execução dos serviços remanescentes, tampouco ao pagamento correspondente, cujo contrato será rescindido.**

**3.2.**

**DA ESTRUTURA NECESSÁRIA MÍNIMA PARA TODA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO**

**LOTE 01: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO:**





**EVENTO: "COPA NA PRAÇA"**

**Início e prazo da montagem:**

A execução das estruturas deverá observar **o calendário previsto no item 3.1.** deste documento, sendo que a montagem deverá ser iniciada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de cada evento, devendo estar concluída, testada e apta para uso até às 12h do dia da realização.

É importante ressaltar que a empresa deverá possuir material de substituição no local do evento. Caso seja necessária a substituição ou troca de qualquer equipamento, a contratada deverá realizá-la conforme os prazos e condições estabelecidos no parágrafo "i" do item 3.4 – DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CONTRATADAS.

A montagem deverá ser realizada com planejamento e logística suficiente para garantir que todos os sistemas estejam instalados, testados e aptos para operação antes do início de cada evento, até às 12h do dia de sua realização.

A desmontagem poderá ser iniciada a partir de 02 (duas) horas após o término do evento, mediante liberação, pela equipe de fiscalização.

A estratégia de mobilização, montagem, permanência e desmontagem dos equipamentos será de responsabilidade da contratada, devendo garantir o pleno atendimento às datas e horários estabelecidos pela Administração, não gerando qualquer custo adicional além dos valores contratados.

Todos os custos relacionados à logística, transporte, montagem, operação, manutenção e desmontagem deverão estar inclusos na proposta apresentada.

**Local do Evento:** Praça Ângelo Ferrari, Centro - Pedreira/SP, via lateral, próximo a Câmara Municipal e palco do Centro de Exposições.

Após contratação, o responsável pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa entrará em contato, afim de passar todas informações necessárias, como local exato, pontos de energia, etc..., podendo ser realizada pela contratada, visita técnica.

**SISTEMA DE SONORIZAÇÃO:**

**ITEM 1: SISTEMA DE PA (SONORIZAÇÃO PRINCIPAL)**

O sistema de sonorização deverá ser do tipo PA (Public Address) em configuração estéreo, com no mínimo 3 (três) ou 4 (quatro) vias, devidamente alinhado, processado e compatível com o ambiente do evento, garantindo cobertura uniforme e qualidade sonora sem distorções, podendo ser **similar ou superior** às especificações abaixo:

**ITEM 1 A: CAIXAS ACÚSTICAS**

O sistema 1 deverá conter, no mínimo:

02 (duas) torres de som, compostas cada uma por:

01 (uma) caixa de subgrave com alto-falante de no mínimo 18" e potência mínima de 800W RMS, ativa ou passiva, **ou similar ou superior;**



02 (duas) caixas tipo Line Array, com potência mínima de 700W RMS cada, ativas ou passivas, **ou similar ou superior**;

02 (dois) monitores de palco com alto-falantes de no mínimo 12" e driver de no mínimo 2", com potência mínima de 800W RMS por conjunto, **ou similar ou superior**;

O sistema de amplificação, processamento digital (DSP) e gerenciamento deverá ser totalmente compatível com o conjunto fornecido, garantindo desempenho profissional e ausência de distorções, podendo ser **similar ou superior**.

A fixação e/ou suspensão do sistema deverá ser realizada conforme necessidade técnica, seguindo normas de segurança vigentes.

O sistema 2 deverá conter, no mínimo:

04 (quatro) caixas acústicas de no mínimo 600W RMS cada, ativa ou passiva, com falante no mínimo de 15" **ou similar ou superior**, que poderão estar ao lado do painel em LED ou espalhadas.

02 (duas) caixas de subgrave com alto-falante de no mínimo 15" e potência mínima de 800W RMS, ativa ou passiva, **ou similar ou superior**, que poderão estar ao lado do painel em LED ou espalhadas para reforçar. O sistema poderá ser instalado em pedestais.

O sistema de amplificação, processamento digital (DSP) e gerenciamento deverá ser totalmente compatível com o conjunto fornecido, garantindo desempenho profissional e ausência de distorções, podendo ser **similar ou superior**.

A fixação do sistema deverá ser realizada conforme necessidade técnica, seguindo normas de segurança vigentes.

## ITEM 2: CONSOLE E PERIFÉRICOS DO SISTEMA DE PA

Sistema complementar de sonorização para cobertura adicional e/ou reforço sonoro (delay/side fill/painel de LED)"

O sistema deverá contar com equipamentos modernos e compatíveis entre si, podendo ser **similares ou superiores**:

### ITEM 2 A: CONSOLE – SONORIZAÇÃO PARA BANDA

01 (um) console digital com no mínimo:

32 canais de entrada;

16 auxiliares;

08 buses (subgrupos);

Processamento interno completo (EQ, dinâmica, efeitos);

Capacidade de operação simultânea de PA e monitor;

Interfaces digitais atuais (USB, Dante ou similar), **ou similar ou superior**.

### ITEM 2 B: CONSOLE – SONORIZAÇÃO PARA PAINEL EM LED (para operação simultânea independente):

01 (um) console digital com no mínimo:

08 canais de entrada;

04 auxiliares;

04 buses (subgrupos);

Processamento interno completo (EQ, dinâmica, efeitos);

Capacidade de operação simultânea de PA e monitor;

Interfaces digitais atuais (USB, Dante ou similar), **ou similar ou superior**.

## ITEM 3: MICROFONES E DIRECT BOX – PARA BANDA



Todos os microfones e acessórios deverão ser de padrão profissional, podendo ser **similares ou superiores** às referências abaixo:

**KIT DE MICROFONES PARA BATERIA**

01 para bumbo – padrão profissional (ex: AKG D112, Shure Beta 52) **ou similar ou superior**;  
03 condensadores para pratos/overheads **ou similar ou superior**;  
05 para caixa, tons e surdo **ou similar ou superior**;

**MICROFONES PARA VOZES E INSTRUMENTOS – PARA BANDA E/OU APRESENTADOR(ES)**

03 condensadores **ou similar ou superior**;  
03 microfones para instrumentos diversos **ou similar ou superior**;  
04 microfones vocais padrão profissional **ou similar ou superior**;  
03 microfones sem fio com:  
sistema True Diversity;  
transmissão estável sem interferências;  
saídas balanceadas (XLR);  
fornecimento contínuo de baterias durante o evento, **ou similar ou superior**;

**DIRECT BOX – PARA BANDA**

01 para contrabaixo **ou similar ou superior**;  
02 para teclados **ou similar ou superior**;  
08 para instrumentos diversos (violões, cavacos, etc.) **ou similar ou superior**;

**OUTROS – PARA BANDA**

01 amplificador de fones de ouvido **ou similar ou superior**;

**ITEM 4: PEDESTAIS E GARRAS – PARA BANDA E/OU APRESENTADOR(ES)**

Mínimo de 10 pedestais articuláveis em perfeito estado, **ou quantidade superior**;  
Mínimo de 10 garras para microfones em perfeito estado, **ou similar ou superior**;

**ITEM 5: ESTRUTURA DE PRATICÁVEL COM COBERTURA / BACKLINE – PARA BANDA**

Fornecimento de 01 bateria acústica completa para suporte às bandas, **ou similar ou superior**;  
Mínimo de 08 praticáveis com dimensões mínimas de 2,00m x 1,00m, **ou superior**;

**ITEM 6: SISTEMA DE ENERGIA (MAIN POWER) – PARA BANDA E TODO O(S) SISTEMA(S)**

Sistema de distribuição de energia trifásico;  
Transformador 220V/110V;  
Capacidade mínima de 50 KVA;  
Sistema devidamente aterrado e protegido;  
Compatível com todos os equipamentos utilizados, **ou similar ou superior**;

**ITEM 7: SOM MECÂNICO PARA O EVENTO**

01 notebook, tablet ou equipamento equivalente com entrada USB para reprodução de áudio, **ou similar ou superior**;  
Sistema apto à execução de playlists, trilhas e intervalos durante todo o evento;

**OBS:** O sistema deverá permanecer disponível a cada dia de realização do evento, durante todo o período do mesmo.

**ITEM 8: SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA BANDA**

Todos os equipamentos deverão ser profissionais, atualizados e podendo ser **similares ou superiores**:



**ITEM 8 A: ESTRUTURA (BOX TRUSS)**

Estrutura em alumínio padrão Q30 ou superior;  
Trave de fundo com no mínimo 04m (largura) x 03m (altura) com base;  
Estrutura frontal com 02 torres (verticais) de no mínimo 03m com base;  
Sistema com fixação segura conforme normas técnicas;

**EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO**

16 refletores PAR LED RGBW IP65 outdoor **ou similar ou superior**;  
04 Moving Heads (200W ou com potência compatível para eventos outdoor) **ou similar ou superior**;  
01 console digital de iluminação profissional com no mínimo 2048 canais DMX **ou superior**;  
01 máquina de fumaça com potência mínima de 1500W, com ventilador, com controle DMX ou remoto, **ou similar ou superior**;

**ITEM 9: EQUIPE TÉCNICA**

Equipe técnica necessária e especializada para montagem e desmontagem;

Mínimo de 02 (dois) técnico responsável pela operação e manutenção presente durante toda execução do evento;

Atendimento imediato às demandas da organização;

Disponibilidade para ensaios, testes, passagens de som, iluminação e painel em LED e ajustes técnicos sempre 8 horas antes do início de cada transmissão se solicitado pela Secretaria.

Todos os itens poderão ser atendidos com equipamentos **similares ou superiores**, desde que garantam qualidade técnica, segurança e desempenho compatíveis ou melhores que os especificados;

A empresa contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança, qualidade e desempenho técnico exigidas para eventos de médio e grande porte.

A instalação dos equipamentos para banda será realizada na diagonal da lateral esquerda de acesso à praça para quem observa o palco frontalmente, conforme orientação da Secretaria Municipal de Cultura quanto ao local e às instruções de instalação.

A instalação dos equipamentos de sonorização do painel de LED será realizada no palco do Centro de Exposições, podendo o sistema de iluminação ser instalado ao lado do painel ou distribuído pelo espaço, conforme orientação da Secretaria Municipal de Cultura previamente à realização do(s) evento(s).

A contratada instalará extintores dentro do prazo de validade de acordo com o porte dos equipamentos instalados.

A contratada deverá manter pelo menos 01 (um) técnico responsável durante a montagem e nas possíveis vistorias dos órgãos municipais, estaduais ou federais.

A contratada deverá fornecer **ART ou RRT** de montagem das estruturas, equipamentos, instalações elétricas, e laudos que se fizerem necessários exigidos por norma técnica vigente do corpo de bombeiros no momento da instalação.



**LOTE 02: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS:**

**EVENTO: "COPA NA PRAÇA"**

**Início e prazo da Montagem total:**

A execução das estruturas deverá observar **o calendário previsto no item 3.1** deste documento, sendo que a montagem deverá ser iniciada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de cada evento, devendo estar concluída, testada e apta para uso até às 17h do dia anterior da realização.

É importante ressaltar que a empresa deverá possuir material de substituição no local do evento. Caso seja necessária a substituição ou troca de qualquer equipamento, a contratada deverá realizá-la conforme os prazos e condições estabelecidos no parágrafo "i" do item 3.4 – DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CONTRATADAS.

A desmontagem poderá ser iniciada a partir de 02 (duas) horas após o término do evento, mediante liberação da equipe de fiscalização.

Local do evento: Praça Ângelo Ferrari e adjacências, Centro – Pedreira/SP.

Após contratação, o responsável pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa entrará em contato, afim de passar todas informações necessárias, como local exato, pontos de energia, etc..., podendo ser realizada pela contratada, visita técnica.

**OBSERVAÇÃO:**

A estratégia de mobilização, montagem, permanência e desmontagem das estruturas será de responsabilidade da contratada, devendo garantir o pleno atendimento às datas e horários estabelecidos pela Administração, não gerando qualquer custo adicional além dos valores contratados.

Todos os custos relacionados à logística, transporte, montagem, permanência, manutenção e desmontagem deverão estar inclusos na proposta apresentada.

**ESPECIFICAÇÃO DAS TENDAS:**

01 (uma) tenda 5m x 5m, em lona PVC branca com proteção contra raios UV, com sistema de calhas, fechamentos laterais e de fundo, com vão livre mínimo de 4,0 metros.

04 (quatro) tendas 10m x 10m, em lona PVC branca com proteção contra raios UV, interligadas por sistema de calhas, formando área contínua, com fechamentos laterais e vão livre mínimo de 4,0 metros.

Todas as estruturas deverão estar em perfeito estado de conservação, sem furos ou rasgos, e contar com sistema de iluminação interna adequado para iluminar toda área de cada tenda.

A definição dos pontos de instalação será ao redor da Praça e será realizada, conforme orientação da Secretaria Municipal de Cultura.

Todos os itens do lote serão fiscalizados e deverão atender integralmente às condições estabelecidas neste termo.



A contratada deverá manter responsável técnico habilitado durante a montagem e nas eventuais vistorias dos órgãos competentes.

A execução deverá atender às normas técnicas e exigências do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

A contratada deverá fornecer ART ou RRT referente à montagem das estruturas deste lote, instalações elétricas e demais itens exigidos, bem como laudos técnicos conforme normas vigentes.

A contratada deverá disponibilizar extintores de incêndio dentro do prazo de validade, em quantidade compatível com o porte das estruturas instaladas neste lote.

**LOTE 03: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRADIL:**

**EVENTO: "COPA NA PRAÇA"**

**Início e prazo da Montagem total:**

A execução das estruturas deverá observar **o calendário previsto no item 3.1** deste documento, sendo que a montagem deverá ser iniciada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de cada evento, devendo estar concluída, testada e apta para uso até às 17h do dia anterior da realização.

É importante ressaltar que a empresa deverá possuir material de substituição no local do evento. Caso seja necessária a substituição ou troca de qualquer equipamento, a contratada deverá realizá-la conforme os prazos e condições estabelecidos no parágrafo "i" do item 3.4 – DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CONTRATADAS.

A desmontagem poderá ser iniciada a partir de 02 (duas) horas após o término do evento, mediante liberação da equipe de fiscalização.

A estratégia de mobilização, montagem, permanência e desmontagem das estruturas será de responsabilidade da contratada, devendo garantir o pleno atendimento às datas e horários estabelecidos pela Administração, não gerando qualquer custo adicional além dos valores contratados.

Todos os custos relacionados à logística, transporte, montagem, permanência, manutenção e desmontagem deverão estar inclusos na proposta apresentada.

Local do evento: Praça Ângelo Ferrari e adjacências, Centro – Pedreira/SP.

Após contratação, o responsável pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa entrará em contato, afim de passar todas informações necessárias, como local exato, pontos de energia, etc..., podendo ser realizada pela contratada, visita técnica.

**A contratada deverá fornecer, montar, instalar, manter e desmontar:**

100 (cem) metros lineares de gradil, com cada peça tendo medida mínima de 02 (dois) metros de largura entre 1,00 metro a 1,20 metros de altura, em perfeito estado de conservação e



pintura, em módulos interligáveis, com sistema de fixação adequado, conforme normas de segurança vigentes.

Todos os itens do lote serão fiscalizados e deverão atender integralmente às condições estabelecidas neste termo.

A contratada deverá manter responsável técnico durante a montagem e nas eventuais vistorias dos órgãos competentes.

A execução deste lote deverá atender às normas técnicas e exigências do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

A contratada deverá fornecer **ART ou RRT** referente à montagem das estruturas deste lote, bem como laudos técnicos exigidos pelas normas vigentes.

**LOTE 04: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PAINEL DE LED:**

**EVENTO: "COPA NA PRAÇA"**

**Início e prazo da Montagem total:**

A execução das estruturas deverá observar **o calendário previsto no item 3.1** deste documento, sendo que a montagem deverá ser iniciada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de cada evento, devendo estar concluída, testada e apta para uso até às 12h do dia da realização.

A desmontagem poderá ser iniciada a partir de 02 (duas) horas após o término do evento, mediante liberação da equipe de fiscalização.

**Local do evento:** Praça Ângelo Ferrari e adjacências, Centro – Pedreira/SP.

Após contratação, o responsável pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa entrará em contato, afim de passar todas informações necessárias, como local exato, pontos de energia, etc..., podendo ser realizada pela contratada, visita técnica.

A estratégia de mobilização, montagem, permanência e desmontagem será de responsabilidade da contratada, devendo garantir o pleno atendimento às datas e horários estabelecidos pela Administração, não gerando qualquer custo adicional além dos valores contratados.

Todos os custos relacionados à logística, transporte, montagem, operação, manutenção e desmontagem deverão estar inclusos na proposta apresentada.

**ESPECIFICAÇÃO DO PAINEL DE LED:**

Painel de LED do tipo outdoor, com proteção mínima IP65 ou superior;  
Pitch máximo de 3mm (P3) ou superior;  
Dimensões mínimas de 06m (largura) x 03m (altura);

Sistema completo contemplando:





Processadora de vídeo compatível;  
Sistema de envio de sinal (send cards ou equivalente);  
Computador ou equipamento equivalente para controle e reprodução de conteúdo;

O sistema deverá ser compatível com os principais formatos de mídia e softwares de reprodução, garantindo flexibilidade na exibição de conteúdos.

Deverá estar incluso o serviço completo de transmissão dos jogos, incluindo captação de sinal (TV aberta, digital, satélite, internet ou equivalente), conversão, processamento e exibição em tempo real, garantindo qualidade de imagem e estabilidade durante toda a programação.

Deverá ser disponibilizado:

01 (um) técnico especializado em painel de LED;  
01 (um) operador para controle e exibição de conteúdo;  
Cabos, conectores e acessórios necessários para o pleno funcionamento do sistema;

A fixação do painel deverá ser realizada por meio de estrutura adequada, como box truss ou sistema equivalente, garantindo segurança e estabilidade.

**A contratada será integralmente responsável pela proteção do equipamento contra intempéries, devendo prever, quando necessário, cobertura, vedação ou quaisquer soluções técnicas adequadas para garantir o pleno funcionamento do painel durante todo o evento.**

A contratada deverá disponibilizar extintores de incêndio compatíveis com o porte dos equipamentos instalados.

A contratada deverá manter responsável técnico durante a montagem e nas eventuais vistorias dos órgãos competentes.

A contratada deverá fornecer ART ou RRT referente à montagem das estruturas, instalações elétricas e operação do sistema, bem como laudos técnicos exigidos pelas normas vigentes e pelo Corpo de Bombeiros.

## **DEMAIS INFORMAÇÕES QUANTO À TODOS OS LOTES:**

### **3.1. DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO**

Os serviços descritos em cada lote deverão ser instalados na Praça Ângelo Ferrari, s/nº - centro - Pedreira/SP.

Após contratação, o responsável pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa entrará em contato, afim de passar todas informações necessárias, como local exato, pontos de energia, etc..., podendo ser realizada pela contratada, visita técnica.

### **3.2. DA TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Fica estritamente proibida a terceirização dos serviços.



### **3.3. DA FISCALIZAÇÃO**

Os fiscais do contrato terão o direito de exigir para as empresas contratadas alterações durante as execuções dos lotes, se verificada a existência de qualquer infração contratual.

A execução dos lotes será fiscalizada e estes deverão ser executados em concordância com os horários, prazos e demais condições estipuladas acima, atendendo ainda, as demandas pontuais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

### **3.4. DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CONTRATADAS**

- a) É a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, fornecimento de materiais, instalação e retirada dos equipamentos. FICANDO ESTRITAMENTE PROIBIDA A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
- b) É a única e exclusiva responsável pelos seus empregados, ficando expressamente afastada a existência de qualquer relação de emprego com a municipalidade;
- c) Deverá prestar os serviços de acordo com as instruções da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, nos dias e horários previamente descritos nesse estudo. Em caso de alteração, a mesma será avisada por telefone ou por escrito, devendo realizar o serviço conforme instrução da Secretaria;
- d) Fornecerá todos os materiais, ferramentas e mão-de-obra utilizados para instalação, execução, manutenção, manuseio e desinstalação dos objetos;
- e) Executará toda a instalação elétrica de acordo com as normas técnicas existentes, considerando distâncias e dimensões do local, inclusive com a montagem e colocação de quadros de proteção aos circuitos de energia elétrica, dimensionados adequadamente, quando necessário;
- f) Deverá fornecer equipamentos que obedeçam às especificações das normas da ABNT, do CREA e do Corpo de Bombeiros, quando for o caso;
- g) Disponibilizará técnicos para a operação dos equipamentos durante todo o uso dos equipamentos, bem como para solucionar todo e qualquer problema relativo ao seu funcionamento;
- h) Os prazos de montagem e desmontagem não serão computados para pagamento, visto



que os valores ofertados são valores unitários por evento, dentro de valor global estimado e não por diária composta. A contratada deverá estar com TODOS OS OBJETOS dos lotes no local do evento e esse deverá ser listado e aprovado pela Secretaria Municipal de Cultura antes da montagem.

- i) TODOS os objetos/equipamentos deverão estar disponíveis conforme cronograma de montagem aprovado pela fiscalização. Identificada, durante a fase de montagem, qualquer falha, dano ou inadequação em equipamentos, estruturas ou materiais, a contratada deverá providenciar substituição ou reparo imediato, antes da liberação para início do evento. Caso a falha ocorra durante a realização do evento, a contratada deverá adotar imediatamente as medidas necessárias para garantir a continuidade segura da programação, promovendo o reparo ou substituição em prazo tecnicamente compatível, preferencialmente em até 1 (uma) hora, salvo situações de maior complexidade devidamente justificadas e aceitas pela fiscalização, sem interrupção total do evento.
- j) Fornecer todos os materiais, mão de obra e ferramentas utilizadas para montagem, execução, manuseio, manutenção e desmontagem dos Lotes solicitados;
- k) Responsabilizar-se integralmente pela guarda, vigilância, segurança e manutenção dos objetos/equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com qualquer despesa relativa ao desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais e ferramentas;
- l) Arcar com todas as despesas relativas a transporte dos objetos/equipamentos, materiais e ferramentas necessários à montagem e desmontagem bem como dos funcionários, taxas, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e demais despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena e fiel execução dos serviços;
- m) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de alimentação, transporte, assistência médica e de pronto-socorro que forem devidas à sua equipe;
- n) Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em virtude da execução dos serviços, dentro do padrão técnico contratado;
- o) Acatar as determinações referentes à rigorosa observância das normas técnicas e de segurança na execução dos serviços, bem como fornecer a todos os funcionários equipamentos de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme a necessidade de cada função. Os funcionários ou colaboradores devem utilizar os respectivos equipamentos de Segurança necessários conforme a NR-06 – Equipamento de Proteção Individual e caso



necessário Equipamento de Proteção Coletiva. Os funcionários ou colaboradores deverão estar sempre uniformizados e identificados com crachá durante a montagem, instalação, operação, manutenção, desmontagem e execução do evento;

- p) Permitir o livre acesso ao local de servidor(es) designado(s) pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, fornecendo todos os esclarecimentos solicitados, relativos ao desenvolvimento dos serviços em execução;
- q) As instalações elétricas devem atender as diretrizes da NR-10 instalações elétricas, não poderão ser instaladas, fiação de alimentação no piso no acesso ao público, o mesmo deve ser executado com passa cabo apropriado ou através de via aérea, sem que atrapalhe a estética do evento. Todo sistema de distribuição de energia, deve ser aterrado, incluso palco, praticáveis, tendas, box truss, painel de led, iluminação e sonorização conforme NR – 10. Efetuar o recolhimento da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, quando necessário, referente ao Ateste de conformidade das instalações elétricas dos sistemas de sonorização, iluminação, tendas, painel de led e bem como do aterramento dos mesmos e apresentá-las a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa durante a montagem, para juntada ao processo administrativo, quando for o caso (todos os lotes deste estudo, exceto o lote 03);
- r) Apresentar cópia da carteira profissional, ART ou RRT, com a descrição dos dados do evento, boleto de pagamento e comprovante de pagamento. Apresentar à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa relação com os nomes e documentos de identificação dos colaboradores que trabalharão na montagem dos lotes, **no início dos trabalhos.**

### **3.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Fiscalizar e acompanhar os serviços prestados pela CONTRATADA durante a vigência do contrato;
- b) A administração deverá realizar o pagamento de acordo com os prazos estabelecidos neste estudo;
- c) Designar os locais, horários e datas onde serão realizados os serviços.

O regime de execução deverá se dar pelo **TIPO menor preço por lote.**

**Fundamentação legal:** Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e do Inciso II do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

**4. ESTIMATIVA DO(S) QUANTITATIVO(S)**

Os quantitativos foram definidos a partir de levantamento técnico realizado pela Secretaria de Cultura com base em parâmetros de eventos anteriores de modelo similar, análise de capacidade de público, dimensões dos espaços utilizados e necessidades operacionais, garantindo adequação e proporcionalidade ao escopo do evento.

Ressalta-se que, a quantidade de lotes, itens e os equipamentos necessários para composição dos objetos, para que o evento ocorra conforme esperado e atinja as expectativas do Município, já foram informados minuciosamente no item 03. deste Estudo Técnico Preliminar.

Segue abaixo planilha contendo os lotes que comporão o objeto deste Estudo Técnico Preliminar:

Ressalta-se que os lotes **01, 02, 03 e 04**, serão objetos necessários para 01 (um) evento constante neste Estudo Técnico Preliminar, ou seja, **"COPA NA PRAÇA 2026"**

| LOTES | DESCRIÇÕES RESUMIDAS DOS LOTES   | CÓDIGOS DO SISTEMA GOV.BR |
|-------|--|---------------------------|
| 01    | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE <u>SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO.</u> | 13757                     |
| 02    | CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <u>TENDAS.</u>   | 21164                     |
| 03    | CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <u>GRADIL.</u>                             | 2224                      |
| 04    | CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <u>PAINEL DE LED.</u>                      | 17639                     |

**Fundamentação legal:** Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e do Inciso II do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.



**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Através de levantamentos de mercado realizados, cujas soluções identificadas serão pormenorizadas a seguir, conclui-se que, por ser uma contratação de serviços por escopo, a melhor opção, técnica, administrativa e econômica para o Município, é a realização da contratação mediante Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço por Lote, com modo de disputa aberto mediante contrato administrativo, senão vejamos:

**5.1. DAS SOLUÇÕES**

**ENCONTRADAS SOLUÇÃO 01:**

**DISPENSA POR LIMITE:**

**Não se aplica.**

Tal solução se fundamenta no Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, assim como nos Decretos Municipais Nº 3.810 de 10 de agosto de 2023 e Nº 3.813 de 14 de agosto de 2023, cujo valor máximo para a dispensa, atualmente, que se enquadra no objeto deste estudo é de R\$ 65.492,11. Sendo assim, após minucioso estudo realizado acerca dos valores estimados para cada lote, que serão descritos em tópico posterior deste estudo, não é viável para a administração a contratação desta forma, já que não existe saldo suficiente devida à dimensão do evento, e também, pelo fato de via de regra, a contratação ser efetivada mediante processo licitatório.

**SOLUÇÃO 02: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL:**

**Não se aplica.**

Apesar da inevitabilidade de execução do objeto, entende-se não haver essa necessidade devido ao tempo disponível para a realização do processo licitatório e posterior contratação do objeto.

**SOLUÇÃO 03: COMPRA VIA PREGÃO ELETRÔNICO – MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**Não se aplica.**

Embora a Administração do Município de Pedreira já esteja trabalhando em processo de registro de preços para os objetos deste estudo para utilização em eventos, espetáculos e outros para um período de 01 (um) ano, o que se mostraria mais viável para o Município, o mesmo ainda não fora concluído, e por este motivo, tal solução ainda não pode ser utilizada. Observa-se ainda que para um único objeto, que é o caso em análise, a solução não se aplica, visto a quantidade de lotes e itens para os objetos serem exatas de utilização, não sendo necessário registrar preços, por se tratar ainda de contrato por escopo.

**SOLUÇÃO 04: COMPRA VIA PREGÃO ELETRÔNICO – TIPO MENOR PREÇO POR LOTE MEDIANTE CONTRATO POR ESCOPO:**



**Viável. Se aplica.**

Foi identificada a seguinte solução de mercado que pode, de realizar a prestação de um serviço em tese, atender os requisitos específicos para a contratação: Fornecimento através de Pregão, mediante contrato (empenho), com serviços não contínuos/contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

Observa-se que tal solução já é a praticada pelo Município para contratações de estruturas para eventos, cuja solução, já tem se mostrado vantajosa administrativa, técnica e economicamente aos cofres Municipais, e por este motivo, tal solução deverá ser mantida, ou seja, tal solução é a que mais se adequa a realidade atual do Município para a contratação dos objetos pretendidos.

A contratação dessa forma se faz necessária, para que o município tenha vantajosidade na contratação, dentro da forma que a competição se apresenta. Vale ressaltar que o município já realizou o evento anteriormente e essa foi a solução para que não haja nenhum entrave jurídico com as empresas fornecedoras e prestadoras de serviço, uma vez que, ao participar do processo licitatório, as mesmas estão cientes de como se dará a contratação a cada realização.

A solução se mostra vantajosa administrativa, técnica e economicamente aos cofres Municipais, e por este motivo, tal solução deverá ser mantida, ou seja, tal solução é a que mais se adequa a realidade atual do Município para a contratação dos objetos pretendidos.

Considerando os levantamentos de mercado, verificou-se que, de maneira individual ao que se refere a cada um dos lotes do presente processo, estes podem ser amplamente ofertados. Porém, de maneira geral, o objeto deste Processo Licitatório não possui similaridade com outras administrações públicas.

Levando em consideração tudo o que foi exposto acima, e, considerando também os objetos deste estudo, que consistem em serviços, a realização deste evento irá proporcionar a população em geral o acesso ao lazer e entretenimento, será um evento gerador de fluxo turístico, esportivo e cultural, incentivando ainda o turismo regional e gerando também um momento de união familiar, promovendo laços sociais, incentivando a convivência, propiciando um ambiente favorável a adesão da população.

A modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mediante contrato, com serviços não contínuos/contratados por escopo - aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, com modo de disputa "aberto" é a solução que mais se adequa à necessidade pretendida.

A motivação pela escolha do modelo supramencionado para este estudo se dá também pelas características do objeto que se enquadra na classificação de bens comuns.

Ressalta-se que a solução foi apreciada, ponderando-se outras situações que não se mostram possíveis a este objeto, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável técnica e econômica à Administração.





**Fundamentação legal:** Inciso V do § 1º do art. 18 inciso III do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que o valor global da contratação ficará em torno de **R\$ 165.523,72 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos)**.

Para a definição da estimativa do valor global da contratação, foram considerados os valores apurados para cada lote, tomando-se como referência contratos administrativos celebrados nos exercícios de 2025 e 2026, especialmente aqueles firmados com esta administração para a realização do evento "CarnaFolia 2026", correspondentes aos contratos nº 14/2026 e nº 17/2026, bem como o contrato nº 75/2026, referente à "Paixão de Cristo 2026", e o contrato nº 248/2025, relativo à "Revirada Cultural Natalina 2025 – Encantos".

Considerou-se, ainda, o contrato firmado por ocasião da última realização do mesmo evento neste município, ocorrida no exercício de 2022, com proporcionalidade e grau de complexidade equivalentes, correspondente ao contrato nº 210/2022.

Adicionalmente, para a composição do preço estimado do Lote 1, utilizou-se como parâmetro a Ordem de Serviço nº 08042/24, vinculada ao Processo Administrativo nº 11.468/2024, cujo objeto apresenta compatibilidade técnica e operacional com os serviços ora pretendidos. O valor originalmente contratado foi atualizado monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, a fim de refletir a recomposição inflacionária do período e assegurar maior aderência aos preços praticados atualmente no mercado.

Os referidos instrumentos contratuais apresentam objetos compatíveis e características técnicas semelhantes às previstas neste Estudo Técnico Preliminar, tratando-se de serviços recorrentes e amplamente utilizados na realização de eventos públicos de natureza cultural e institucional.

Complementarmente, a formação da estimativa de preços foi subsidiada por pesquisas de mercado realizadas ao longo dos anos de 2025 e 2026, com base na análise da ata de registro de preços nº 138/2026, da cidade de Jaguariúna, do contrato nº 146/2026, da cidade de São Vicente do Sul, do contrato nº 19/2026, da cidade de Orindiúva, da nota de empenho nº 3212, da cidade de Ipameri, do contrato nº 55/2025, da cidade de Araruama, da ata de registro de preços nº 34/2026, da cidade de Lagarto e da ata de registro de preços nº 04/2025, da cidade de Alto Jequitibá. Documentos estes utilizados como parâmetros referenciais para aferição dos valores praticados para objetos semelhantes, os quais juntos totalizaram o valor de **R\$ 165.523,72 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos)**.

Foram realizados e considerados possíveis reajustes até o momento, conforme as quantidades a serem contratadas para o novo processo, de acordo com os itens abaixo.

**LOTE 01:** Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de locação, instalação, operação, manutenção, montagem e desmontagem de sistemas de sonorização e iluminação. – Valor estimado de **R\$ 78.899,92 (setenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**.

**LOTE 02:** Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de tendas. – Valor estimado de **R\$ 39.435,80 (trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos)**.



**LOTE 03:** Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, operação, execução, montagem, instalação, manutenção e desmontagem de gradil. – **Valor estimado de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais).**

**LOTE 04:** Contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) para serviços de locação, execução, operação, montagem, manutenção e desmontagem de painel de led. – **Valor estimado de R\$ 41.088,00 (quarenta e um mil e oitenta e oito reais).**

Observa-se que em momento oportuno, serão feitas as pesquisas de preços em conformidade com a **Lei 14.133/2021** e **Decreto Municipal referente as pesquisas de preços**, para fins de composição das médias de preços finais para os objetos deste estudo.

**Fundamentação legal:** Inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso III do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo que melhor atende as necessidades das Secretarias, encontra-se exposta nos tópicos anteriores deste **E.T.P.**, principalmente nos tópicos **3, 4, 5 e 6**.

Como se trata de uma contratação por escopo, a prestação dos serviços a qual se refere o objeto deste Estudo possui um período predeterminado para ser executado, porém de acordo com o avanço da seleção brasileira na competição, as empresas serão pagas por realização de cada dia de evento conforme o regime de execução, do **TIPO menor preço por lote**, sendo o valor da diária a divisão do valor global total dividido por 08 (oito) diárias.

**Fundamentação legal:** Inciso VII do §1º do art.18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento dos objetos em lotes se torna mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento de cada lote permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle de qualidade pela Administração na execução dos serviços.

Também se mostra satisfatório economicamente, pois devido a ampla concorrência e alta competitividade das licitações, o custo da contratação tende a diminuir.

Sendo assim os preços deverão ser apresentados por lote, visto a padronização das operações durante o evento. Os lotes são específicos e os itens dentro do lote trabalham de forma interligada e interconectada, não sendo eficaz a contratação de empresas diferentes.

Os lotes, itens dos lotes e descrições dos serviços que melhor atenderão a expectativa do Município já se encontram descritos em tópico correspondente.

**Fundamentação legal:** Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.



## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a contratação dos serviços:

- a) Realização de um importante evento do calendário mundial, nacional e também do município.
- b) Cumprimento a Constituição Federal Brasileira Art. 215, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais;
- c) Estruturar um evento de forma adequada para apresentação de artistas da nossa cidade e região, proporcionando a difusão da Cultura municipal e regional;
- d) Proporcionar a população em geral o acesso à cultura, ao turismo, ao esporte, ao lazer e ao entretenimento, propiciando um ambiente favorável a adesão da população;
- e) Promover o turismo regional e estimular a economia criativa;
- f) Dar cumprimento à LOA (Lei Orçamentária Anual) em relação ao Planejamento deste Município, uma vez que os eventos pelos quais as contratações serão feitas constituem as ações de fomento e difusão cultural previstas pela Secretaria;
- g) Fomentar, apoiar e enriquecer o ambiente cultural, social, esportivo e turístico de Pedreira e região.

**Fundamentação legal:** Inciso IX do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

No que se refere a contratação dos serviços, a Secretaria não precisará adotar providências específicas, mas, para atuar de forma segura na fiscalização do contrato, deverá designar servidores devidamente capacitados para exercerem a fiscalização do mesmo, tanto administrativa quanto tecnicamente.

**Fundamentação legal:** Inciso X do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES



Não se aplica.

**Fundamentação legal:** Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando a natureza dos serviços contratados, deverão ser observadas medidas de sustentabilidade ambiental compatíveis com os objetos de cada lote, visando minimizar impactos decorrentes da montagem, operação e desmontagem das estruturas do evento.

### 12.1. LOTE 01 – SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

- a) Utilização preferencial de equipamentos com tecnologia LED e sistemas de menor consumo energético;
- b) Uso racional de energia elétrica durante montagem, testes e operação dos equipamentos;
- c) Controle dos níveis de pressão sonora, observando os limites legais e evitando impactos excessivos à vizinhança;
- d) Destinação ambientalmente adequada de cabos, embalagens, componentes elétricos e resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços.

### 12.2. LOTE 02 – TENDAS

- a) Utilização de estruturas em adequado estado de conservação, evitando geração de resíduos por danos ou descarte prematuro;
- b) Correta fixação e montagem das estruturas, minimizando riscos ambientais e danos ao espaço público;
- c) Destinação adequada de resíduos gerados durante montagem e desmontagem;
- d) Utilização racional de iluminação interna das estruturas.

### 12.3. LOTE 03 – GRADIL

- a) Utilização de estruturas metálicas reutilizáveis e em adequado estado de conservação;
- b) Minimização de impactos ao solo e ao espaço público durante instalação e retirada das estruturas;
- c) Destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados na execução dos serviços.

### 12.4. LOTE 04 – PAINEL DE LED

- a) Utilização de equipamentos com eficiência energética compatível com o porte do evento;
- b) Controle do consumo de energia elétrica durante operação e transmissão;
- c) Correta destinação de componentes eletrônicos, cabos e materiais utilizados na instalação;



d) Adoção de medidas preventivas para evitar danos ambientais decorrentes de instalações elétricas inadequadas.

#### 12.5. MEDIDAS GERAIS

a) As contratadas deverão manter o local limpo durante e após a execução dos serviços;

b) Os resíduos gerados deverão receber destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente;

c) As estruturas e equipamentos deverão ser desmontados sem causar danos ao patrimônio público ou ao meio ambiente local.

**Fundamentação legal:** Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

#### 13. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Neste caso não existe a possibilidade de contratação de pessoa física para a prestação dos serviços do objeto deste Estudo, uma vez que para a execução de todos os lotes existe a obrigatoriedade das empresas ganhadoras fornecerem equipes técnicas para a execução dos mesmos.

**Fundamentação legal:** Inciso IX do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

#### 14. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Não se aplica a necessidade objeto deste estudo.

**Fundamentação legal:** Quando o objeto for a locação de imóveis, deverá considerar tudo o que está disposto no inciso X do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

#### 15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a determinação contida na **Lei 14.133/2021**, a solução que melhor atenderá o Município, especialmente a **Secretaria solicitante**, tanto técnica quanto economicamente, é a **Licitação** na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, conforme o regime de execução, do TIPO menor preço por lote, sendo o valor da diária a divisão do valor global total dividido por 08 (oito) diárias.

**Fundamentação legal:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inciso XIII do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do §1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023).

#### 16. FONTE DE RECURSO

A contratação será custeada com recursos: **Tesouro**.



**17. RESPONSÁVEL**

Concluo pela viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme exposto no art.4º, §8º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

Pedreira (SP), 13 de Março de 2026.

Ana Julia Moro  
**ASSESSORA DE CULTURA**  
**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Imagens meramente ilustrativas)**

**LOTE 01: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO:**

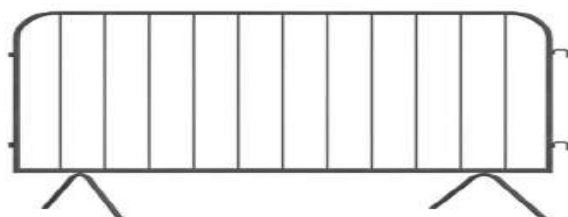
**Observação:** Não foi possível anexar fotos referente ao lote 01 – Sonorização, devido ao número expressivo de equipamentos que compõe o lote, porém as informações, detalhamentos e formas de instalação constam neste Estudo Técnico Preliminar, mais precisamente no **tópico 03 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**.

**LOTE 02: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TENDAS:**



**LOTE 03: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE GRADIL:**





**LOTE 04: CONTRATAÇÃO(ÕES) DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE PAINEL DE LED:**







## ANEXO II

## MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|--|---------------------|
| 01   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE <u>SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO</u> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|--|---------------------|
| 02   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <u>TENDAS</u> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|--|---------------------|
| 03   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <u>GRADIL</u> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS  | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|---|---------------------|
| 04   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <u>PAINEL DE LED</u> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |



- Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

- Declarar, sob penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência e seu apêndice, e esta licitante está ciente de todas as informações do edital e seus anexos.

**A proposta deverá estar em papel timbrado da proponente e vir assinada pelo(a) seu(ua) representante legal, onde deverá constar as seguintes informações:**

- Razão Social, endereço completo, CNPJ, E-mail e telefone para contato;

- Número do Pregão e Processo Licitatório.

Conforme disposto no subitem 7.7. do edital, sobre indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, de acordo com o Decreto Municipal nº 4.193/2025, inciso I do artigo 1º: “No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas, a ser constatada por meio de diligência: I – oferta de proposta com valores iguais ou inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração”. Diante disso, informamos que, caso venha a ocorrer de um ou mais lotes apresentarem valor abaixo desse percentual, a comprovação se dará mediante apresentação de planilha de composição de custos, e conforme consta no Decreto em epígrafe.



## ANEXO III

## MINUTA DE CONTRATO Nº

## MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

(Processo Administrativo nº 6.554/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E .....

O **Município de Pedreira/SP** por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no Diário Oficial do Município de ... de ... de 20..., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Licitatório nº 25/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 16/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de locação, instalação, operação, montagem, desmontagem e manutenção de Estruturas de Sonorização e Iluminação, Tendais, Gradis e Paineis de Led para a realização do evento “COPA NA PRAÇA”, em atendimento ao plano municipal de cultura (com alteração do local em razão da estação do ano). ODS - 8 – trabalho decente e crescimento econômico, 10 – redução das desigualdades e 11 – cidades e comunidades sustentáveis**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seu apêndice.

1.2. Objeto da contratação:

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|--|---------------------|
| 01   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE <b>SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|----------------------|---------------------|
|------|----------------------|---------------------|



| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|--|---------------------|
| 02   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <b>TENDAS</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS   | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|--|---------------------|
| 03   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <b>GRADIL</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |

| LOTE | DESCRIÇÕES RESUMIDAS  | VALOR TOTAL DO LOTE |
|------|---|---------------------|
| 04   | CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, OPERAÇÃO, EXECUÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE <b>PAINEL DE LED</b> , CUJAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE. | R\$                 |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA, PRAZO, LOCAL, HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

2.1. A forma, prazo, local, horários e condições de entrega do objeto e demais informações necessárias, será conforme descrito no tópico 3. do Estudo Técnico Preliminar, e 04. Termo de Referência.

2.2. O prazo de execução do objeto deste instrumento poderá ser prorrogado, mediante celebração de Termo Aditivo, através de justificativa prévia e por escrito nos autos do processo.



### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$ ..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente prestados.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

#### 6.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**Os serviços executados serão objeto de medição única**, de acordo com os seguintes procedimentos:

#### PARAGRAFO PRIMEIRO

Após a execução dos serviços constantes no **Termo de Referência** a CONTRATADA entregará os relatórios com os serviços e análises realizados e os respectivos valores apurados.

#### PARAGRAFO SEGUNDO

O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

#### PARAGRAFO TERCEIRO

Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

**a)** Considerando a natureza do evento e a execução condicionada ao avanço da Seleção Brasileira na competição, o quantitativo máximo estimado corresponde a até 08 (oito) diárias de execução. O pagamento será realizado exclusivamente pelas diárias efetivamente executadas, sendo o valor unitário por diária obtido pela divisão proporcional do valor global contratado pelo quantitativo máximo estimado;

**b)** O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto em função do Relatório de Avaliação da Execução dos Serviços, se for o caso;



c) A realização dos descontos indicados na alínea "b" não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

#### PARÁGRAFO QUARTO

Após a conferência do(s) lote(s) que compõem o objeto juntamente com os serviços e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará as medições acima descritas, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

#### 6.2. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.2.1. Os pagamentos do objeto deste contrato serão efetuados diretamente pelo **CONTRATANTE**, através da sua Tesouraria.

6.2.2. Os objetos deste contrato **serão pagos em até 30 (trinta) dias consecutivos após a liquidação da Nota Fiscal** pela Secretaria solicitante, sendo que juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada, deverá ser apresentado "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo", onde a Nota Fiscal e o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, deverão vir com aceite dos Fiscais/Gestores do contrato.

6.2.3. O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

6.2.4. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada, para realizar o pagamento, a comprovação da regularidade fiscal.

6.2.5. **A prestação de serviço do objeto do presente contrato ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**

6.2.6. **As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes do fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.**

6.2.7. **Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante, Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.**

6.2.8. O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, estimado em **18/05/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além do que consta no Termo de Referência e seu apêndice, são obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.





8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. Além do que consta no Termo de Referência e seu apêndice, o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.21. Assegurar aos seus trabalhadores, ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.24. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



9.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.27. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
  1. Moratória de **0,5% a 15%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **05 (cinco) dias úteis**.
    - i. O atraso superior a **05 (cinco) dias úteis** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de **15% a 30%** do valor do Contrato.



3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de **15% a 30%** do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de **15% a 30%** do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.11. **Ademais, deverão ser observadas também as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V deste Edital.**

12.12. **As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>**

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





13.4.3. Das indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contratante poderá ainda:

13.6.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.6.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº:

**Unidade:** 021701 DEPTO DE CULTURA, ECON CRIATIVA E PROM DA IGUALDADE RACIAL

**Funcional:** 13.392.0017.2072.0000 Programa Festividades Culturais

**Categoria Econômica:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 0 0100

**Código de Aplicação:** 110 000

**Ficha nº:** 986

**Nº da reserva:** 323





**Valor Reservado:** R\$ 198.175,73

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira/SP, xx de xxxxxxxx de 2026.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6.554/2026**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:** Município de Pedreira/SP

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:** Prestação de serviços de locação, instalação, operação, montagem, desmontagem e manutenção de Estruturas de Sonorização e Iluminação, Tendas, Gradis e Pannel de Led para a realização do evento "COPA NA PRAÇA", em atendimento ao plano municipal de cultura (com alteração do local em razão da estação do ano). ODS - 8 – trabalho decente e crescimento econômico, 10 – redução das desigualdades e 11 – cidades e comunidades sustentáveis.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_



CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(A) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL(IS) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**



Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



**Anexo V**



# Diário Oficial

ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP  
Criado pela Lei Municipal 3.777, de 13 de junho de 2018

ANO VII

Quarta-Feira, 25 de Junho de 2025

Edição nº 1790

## PODER EXECUTIVO

### GABINETE DO PREFEITO

PREFEITO: **FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**  
ENDEREÇO: PRAÇA EPITÁCIO PESSOA, 3 – PAVIMENTO SUPERIOR

## DECRETO Nº 4.240 DE 24 JUNHO DE 2025

*Regulamenta os Processos Sancionatórios nos Termos Previstos nos Artigos 155 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Pedreira.*

**FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**, Prefeito Municipal de Pedreira, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais com fundamento no inciso IX, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação interna do processo administrativo sancionatório previsto na Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA),

## DECRETA:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto neste decreto.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com este Município, que incidir nas infrações previstas no Art. 155 da LLCA, ficará sujeito às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

III – impedimento de licitar e contratar com este município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

§1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à municipalidade.

§2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o Município ou para os serviços públicos municipais;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São circunstâncias agravantes da sanção:

I – a existência de registro do licitante ou contratado apenado pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Pedreira;

II – a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital e/ou termo de referência, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;





# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

III – a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

IV – a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

**§2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

I – a falha escusável do licitante ou contratado;

II – a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

III – a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital e/ou termo de referência, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

IV – a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

## CAPÍTULO II

### DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

#### Seção I – Da Advertência

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano ao Município ou aos serviços públicos municipais.

#### Seção II – Da Multa

**Artigo 5º** - A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

§ 1º. – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

§ 2º - O instrumento convocatório e/ou o contrato, poderão estipular percentuais ou condições distintas para aplicação de multa de mora, hipótese na qual, prevalecerão as condições indicadas nos referidos documentos.

**Artigo 7º** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com este Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Parágrafo único** – Aplica-se o dispositivo constante no *caput* ao adjudicatário que deixar de entregar documentação necessária como condição para assinatura do contrato.

**Artigo 10** – O Município poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 01 (uma) UFM (unidade fiscal municipal), mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo Município, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§1º** - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas neste decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito deste Município será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- I – por 06 (seis) meses: inciso IV;
- II – por 08 (oito) meses: incisos V a VII;
- III – por 01 (um) ano: inciso II;
- IV – por 02 (dois) anos: inciso III.

**Parágrafo único** – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 03 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

### Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 04 (quatro) anos.

**§1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 03 (três) anos e o máximo de 06 (seis) anos.

**§2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

**Artigo 14** – O processo sancionatório seguirá o seguinte rito:

**I** – Instauração: a instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do Agente de Contratação, Gestor de Contratos, Fiscal Administrativo e/ou Técnico, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento do processo licitatório ou pelo acompanhamento da execução contratual, encaminhada à Divisão de Contratos e Aditivos ou ao Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos;

**II** – Defesa: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, intimará os responsáveis para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, apresentem defesa, acompanhada de documentos e requerimento de produção de provas, se o caso;

**III** – Instrução: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios decidirá acerca da produção de provas, deferindo as pertinentes e indeferindo as impertinentes ou meramente protelatórias e concedendo prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a devida instrução processual;

**IV** – Alegações finais: encerrada a instrução, a Divisão de Contratos e Aditivos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, concederá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de alegações finais;

**V** – Relatório: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios elaborará relatório



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

circunstanciado do feito e, após, encaminhará os autos à Secretaria de Negócios Jurídicos para parecer;

**VI – Parecer:** a Secretaria de Negócios Jurídicos emitirá parecer e, após, encaminhará os autos à decisão do Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou ao Prefeito, caso o relatório final recomende a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

**VII – Decisão:** O Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou o Prefeito, no caso de recomendação pela aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, decidirão acerca da aplicação ou não de sanção, determinando o que for cabível e restituirão o processo à Divisão de Contratos e Aditivos ou à Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios para cumprimento;

**VIII – Intimação da decisão:** a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios intimará os responsáveis acerca do teor da decisão;

**IX – Recurso ou Pedido de Reconsideração:** poderá ser interposto recurso ou pedido de reconsideração, intentado junto a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios e endereçado à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação;

**X – Decisão de Recurso:** recebido o recurso, o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos se não reconsiderar a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**XI** – Decisão do Pedido de Reconsideração: recebido o pedido de reconsideração, o Prefeito deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**§1º** - O Prefeito poderá requerer parecer da assessoria jurídica antes da emissão de decisão final e irrecorrível.

**§ 2º.** O ato de instauração formal do processo sancionatório deverá conter relato dos fatos, a descrição das possíveis infrações e os documentos pertinentes;

**§ 3º** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Secretário de Administração e Recursos Humanos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante para, querendo, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, adotando o rito procedimental estabelecido no artigo 14.

**Artigo 16** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

**Parágrafo único:** O processo administrativo visando à rescisão contratual poderá ocorrer em apartado do processo administrativo sancionatório quando for do interesse público, situação na qual o referido processo não





# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

estará submetido a este decreto, contudo, deverá ser observado o direito a ampla defesa e contraditório da forma estabelecida Lei Federal nº 14.133/2021.

**Artigo 17** - A imposição das sanções previstas no presente decreto não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a este Município.

**Artigo 18** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 19** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico Município de Pedreira, por 03 (três) vezes consecutivas.

**§2º** - Nos processos eletrônicos instaurados neste Município, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema 1DOC ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 20** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

**Artigo 21** - A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no §4º do artigo 158 da LLCA.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 22** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 23** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 24** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Secretário Municipal de Administração e Recursos e Humanos e/ou a Divisão de Contratos e Aditivos poderão determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 25** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 26** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro municipal de apenados e, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 27** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 28** – O presente decreto deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo aos instrumentos convocatórios de licitação, aos contratos e aos instrumentos equivalentes.

**Artigo 29** – Nos processos de contratações que não resultarem na elaboração de instrumento contratual, os valores constantes nas notas de empenhos ou documentos



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

equivalentes, serão levados em consideração para majoração das penalidades de multas constantes neste Decreto.

**Artigo 30** - Os casos omissos serão solucionados pelo Prefeito, ouvida a Secretaria de Negócios Jurídicos, quando for o caso.

**Artigo 31** – As disposições deste decreto se aplicam, no que couberem, aos entes da Administração Indireta do Município de Pedreira, que poderão adotar regulamentação complementar para a aplicação das regras com as devidas adequações atinentes às competências dos seus agentes públicos e dos setores nela existentes.

**Artigo 32** – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto Municipal nº 4.194/2025.

Pedreira, 24 de junho de 2025.

**FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**

**Prefeito Municipal**

**MARCELO RODRIGUES TEIXEIRA**

**Secretário Municipal de Negócios Jurídicos**